



## Das revoluções aos levantes

*From revolutions to uprisings*

Maíra Ramirez Nobre\* e Natacha Silva Araújo Rena\*\*

### Resumo

Há diferentes formas de manifestar indignação em relação à estrutura vigente. No tocante ao poder estabelecido por um Estado ou, até mesmo, organizações morais que controlam os corpos e as ações sociais, a maneira mais comum de manifestar-se ocorre por meio da ocupação das ruas e criação de “palavras de ordem”, demonstrando revolta, fazendo uso ou não de bloqueio e/ou depredações do espaço físico. Entretanto, existem diferentes formas de manifestar-se nomeadas por diversos autores (DIDI-HUBERMAN, 2016; FOUCAULT, 1994; ARENDT, 2001; BENJAMIN, 2006; FLORESTAN FERNANDES, 2000; BADIOU, 2012; HOBBSAWM, 1995; CANDIOTTO, 2013). Das revoluções aos levantes, por exemplo, há claras diferenças em relação à organização interna, objetivo e atuação. Até mesmo dentro de cada um dos conceitos, é possível observar leituras distintas quando analisadas as perspectivas de escrita de cada pensador. Neste artigo buscar-se-á analisar e qualificar algumas esferas e maneiras de manifestação ou ação coletiva, pensando suas contradições e modificações ao longo da história, principalmente para compreender a relação com movimentos sociais e ativismo dentro do cenário contemporâneo.

**Palavras-chave:** Revoluções. Levantes. Movimentos sociais. Ativismo.

### Abstract

There are many different ways of expressing indignation about the current structure. Concerning the power established by a state or even moral organizations that control social bodies and actions, the most common way of manifesting occurs through occupation of the streets and use of “slogans”, demonstrating resentment, and either employing or not barricades and / or depredations of the physical space. However, there are different ways of manifesting named by various authors (DIDI-HUBERMAN, 2016; FOUCAULT, 1994; ARENDT, 2001; BENJAMIN, 2006; FLORESTAN FERNANDES, 2000; BADIOU, 2012; HOBBSAWM, 1995; CANDIOTTO, 2013; GOHN, 2014). From revolutions to uprisings, for instance, there are clear differences concerning internal organization, purpose and action. And, even within each of the concepts, it is possible to observe different readings when analyzing the perspectives of writing of each author. In this article we will analyze and qualify different spheres and ways of manifestation or collective action, thinking about their contradictions and modifications throughout history, especially for understand social movements and activism within the contemporary scenario.

**Keywords:** revolutions; uprising; social movements; activism.

\*Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São João del Rei, mestranda no PACPS, UFMG, investiga as Jornadas de Junho de 2013, atendo para os movimentos sociais, a pauta urbana e as questões geopolíticas que compuseram o processo. Faz parte da pesquisa Geopolítica e Territórios, no eixo que busca compreender as insurgências dentro de uma perspectiva transescalar.

\*\*Professora e orientadora nos programas de pós-graduação PACPS e NPGAU da EA UFMG. Líder do grupo de pesquisa Indisciplinar e coordenadora do Programa de extensão IndLab. Atua desenvolvendo pesquisas cartográficas junto aos diversos atores envolvidos nas lutas urbanas. Coordena a pesquisa Geopolítica e Territórios e participa da rede de pesquisa Territórios Populares (LabCidade USP).

## Introdução

**F**rente a incômodos advindos de arranjos sociais contraditórios, exercícios de poder julgados inadequados, conflitos de interesses e ideologias, dentre outros que expressam insatisfação com o poder vigente, é comum que as pessoas se organizem em movimentos de luta contra opressões, em busca de reafirmar as próprias convicções. Estas organizações podem se dar por formação de grupos utilizando-se de estruturas institucionais como sindicatos e partidos políticos, coletivos autônomos como ONGs ou em aglomerações sociais espontâneas, nas quais diferentes atores ocupam espaços públicos ou privados por julgarem possuir objetivos comuns que os levam a lutar lado a lado. Estas manifestações de indignação podem receber nomes distintos de acordo, principalmente, com sua organização e finalidade. No presente artigo, algumas dessas formas de resistência serão tratadas com o intuito de compreender as semelhanças e diferenças entre suas manifestações, das quais pode-se citar com maior destaque: revoluções, re-

volutas, insurreições e levantes. Cabe ressaltar que, apesar de propor um debate em torno dos distintos temas, o principal foco delineado diz respeito às revoluções e aos levantes, trazendo à tona eventos como o Maio de 68 francês e as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil.

Georges Didi-Huberman lançou, em 2016, o livro *Levantes*, fruto de uma exposição do próprio autor na Galeria Internacional Jeu de Paume, em Paris. Didi-Huberman buscou trabalhar, por meio do visível e do invisível, os processos do que ele intitula levantes. Ao longo da introdução do livro uma pergunta acompanha seu pensamento: o que faz com que os sujeitos se sublequem? Esta indagação vem acoplada ao questionamento do que fazer em tempos nebulosos, dando a entender que sublevar-se é um movimento que nasce da escuridão de alguns períodos. De acordo com Michel Foucault (1994, p.547) “a sublevação é um modo pelo qual a subjetividade (não aquela

dos grandes homens, mas aquela de qualquer um) é introduzida na história e lhe dá seu sopro”. Já sobre o negrume, tempos obscuros, o próprio Didi-Huberman tece ideias:

Tempos sombrios; o que fazer quando reina a obscuridade? Pode-se simplesmente esperar, dobrar-se, aceitar. Dizemos a nós mesmos que vai passar. Tratamos de nos acostumar. Ou melhor, na escuridão, pintamos o piano de branco. De tanto nos acostumarmos - e isso logo acontece, pois o homem é um animal que se adapta rápido -, não esperamos mais nada. O horizonte temporal do esperar acaba desaparecendo, como já tinha desaparecido nas trevas todo horizonte visual. Onde reina a obscuridade sem limites não há mais o que esperar. Isso se chama submissão ao obscuro (ou se preferirem obediência ao obscurantismo). Isso se chama pulsão de morte: a morte do desejo. (DIDI-HUBERMAN, 2016, p.14).

Segundo Didi-Huberman, levantes aconteceriam como respostas a estes momentos de escuridão, por meio dos quais, levadas a seus limites, as pessoas se manifestam de forma organizada, ou não, considerando, ou não, estratégias de luta. Nem sempre há, nesses instantes, um objetivo claro em relação ao ato de sublevar-se. Em alguns casos acontece um estopim que dá início a uma onda quase incontrolável de luta e potência, em outros são traçados modos de organização e há um objetivo comum em manifestar-se, muitas vezes relacionado à expectativa de tomada do

poder. É preciso ressaltar que estes momentos são distintos entre si e que, mesmo dentro destas formas de demonstração de indignação há maneiras diferentes de manifestar-se.

Quando pessoas se manifestam dessa maneira, a ação pode muito bem ser chamada por um nome inexato pelo que se opõe a seus objetivos ou táticas. Esse tipo de aproximação às vezes é compreensível: afinal, levantes, rebeliões e revoltas podem se assemelhar em certos aspectos e, em determinadas condições, podem evoluir ou até se confundir. Há, entretanto, situações em que essa proximidade indica um desconhecimento fundamental do que está em jogo. (DIDI-HUBERMAN, 2016, p.29).

Na tentativa de desdobrar esse questionamento sobre “levantes, rebeliões e revoltas”, optou-se, neste texto, por percorrer por semelhanças e diferenças entre os conceitos de revolução, revolta, levante, insurreição, dentre outros, a fim de iniciar uma pesquisa que aponte alguns importantes processos de sublevação que ocorreram nos últimos 220 anos da história ocidental, ou seja, desde as revoluções burguesas.

### **Das revoluções aos levantes: maio de 68, contracondutas, resistências e movimentos sociais no cenário contemporâneo**

O historiador Ricardo Oliveira da Silva, no artigo *Revolução, História e Tempo*, publicado na revista

História: debates e tendências, de 2015, afirma que o conceito moderno de revolução surgiu na Europa, na segunda metade do século XVIII. No mesmo período a História também recebeu sua concepção moderna, fato que está vinculado ao processo de secularização, ou seja, rompimento com vínculos religiosos e com o passado e apontamento para um futuro (em noção linear de tempo) que concretize um novo mundo. Ou seja, a conceituação de História da modernidade vem acompanhada de uma “uma tarefa da revolução”. (SILVA, 2015, p.251). Esta revolução de gênese similar à modernidade, segue, de acordo com o autor, cinco premissas que influenciaram diretamente os movimentos políticos e sociais desde o século XVIII, são elas: (i) aceleração do tempo; (ii) finalidade social dos movimentos políticos; (iii) caráter universal e permanente; (iv) surgimento do novo, do inédito; (v) rejeição do passado como valor no presente. É possível definir revolução como “o espaço histórico que separa um poder de outro poder, e onde uma idéia de ação humana sobre a história substitui-se ao instituído” (FURET, 1988, p.40).

Apesar de Silva (2015) afirmar que o conceito de revolução, como é entendido hoje, teve sua gênese no século XVIII, o autor lembra que o vocábulo em termos políticos foi utilizado já no século anterior. Entretanto, naquele momento, seu sentido ainda se aproximava da origem do substantivo que designava retorno a uma ordem do passado. Nesse período, as manifestações que visavam um rompimento com o governo eram denominados

motim, sublevação, insurreição, tumulto ou rebelião; não revolução. Portanto, foi no século seguinte, por meio do pensamento iluminista, que revolução passou a ser entendida como transformação, rompimento, apontando para o futuro, não mais para um retorno. Além disso, destaca-se a aproximação do conceito de revolução com a noção de aceleração do tempo, com um dinamismo nos movimentos e com uma mudança do modo de se relacionar com o passado. Aparecem no texto de Silva (2015) outras características que dão forma ao termo, das quais pode-se citar uma elongação da esfera política para a social e seu caráter universal. Segundo Silva, a revolução, como conceito moderno, relaciona-se com dois elementos principais: ruptura e tempo. Com a soma dos dois, comparece um terceiro: irreversibilidade.

O debate acerca da noção de revolução foi realizado por muitos outros pensadores e tem em Hannah Arendt uma referência importante. A autora aponta que, no século XVIII, o conceito de revolução deixa de ser ligado a acontecimentos astronômicos e passa a designar ações humanas. (ARENDR 2001). Neste contexto, o termo começa a tratar da expectativa de um novo começo, ainda disforme, após o fim de um período de opressão. Arendt (2001) afirma que a busca por mudanças que leva às revoluções têm, de modo geral, intento de liberdade.

A ideia de liberdade se torna central na busca por compreender o sentido de revolução para Aren-

dt, o que faz com que nem todos os conflitos, tomadas de Estado e/ou realização de guerras, possam enquadrar no que a autora designa processo revolucionário. Caso não haja uma nova forma organização por meio da qual os grupos que se sublevaram se tornem parte da arena política, não há revolução.

Só podemos falar de revolução quando esta característica de novidade está presente e quando a novidade se liga à ideia de liberdade. É evidente que isto significa que as revoluções são mais que insurreições bem sucedidas e que não temos o direito de chamar revolução a qualquer golpe de estado ou até de vermos uma revolução em cada guerra civil. (ARENDR 2001, p.39).

Cabe ressaltar que a liberdade aqui tratada diz de uma relação direta com a política. Segundo a autora, não há possibilidade de liberdade que se afaste do âmbito social e de relações externas. A liberdade interna está diretamente relacionada, em Arendt, com certa passividade que acaba por fazer dos indivíduos seres apáticos e, algumas vezes, escravos. A liberdade implica, então, no contato com outros indivíduos em espaços públicos comuns. (ARENDR 2001). Portanto, é preciso entender em Arendt o conceito de revolução enquanto forma que leva à liberdade não individual, mas vinculada à política, compreendendo a relação direta entre esta liberdade e a existência de espaços públicos plurais por meio dos quais seja possível, a esses homens livres, falar e agir em termos políticos.

Walter Benjamin, por sua vez, entende que a revolução só é possível se houver a destruição do capitalismo. Para tanto, ele denuncia a falsa aliança de luta entre burguesia e proletariado, apontando para o fato de que já na Comuna de Paris ficou claro que não seria possível que as duas classes lutassem lado a lado.

Assim como o Manifesto Comunista encerra a época dos conspiradores profissionais, também a Comuna põe fim a fantasmagoria que domina o primeiro período do proletariado. Ela desfaz a ilusão de que seria tarefa da revolução proletária concluir a obra de 1789 de mãos dadas com a burguesia. Esta ilusão domina a época de 1831 a 1871, da insurreição de Lyon até a Comuna. A burguesia nunca compartilhou desse erro. Sua luta contra os direitos sociais do proletariado inicia-se já na Grande Revolução e coincide com o movimento filantrópico que a encobre que experimenta sua máxima expansão sob Napoleão III. (BENJAMIN, 2006, p.50).

Este modo de ver a revolução, pautado, não pela liberdade, mas pela luta de classes, denunciando a impossível aliança entre burguesia e proletariado, está presente também em Florestan Fernandes (2000). O que afasta ambos, Benjamin e Fernandes, de Arendt é o fato de que, apesar de a autora não deixar de lado a relação entre revolução e mudanças estruturais de classe, para ela o fim da pobreza não se dá pelo espectro político e a revolução tem como principal foco a liberda-

de. Já Fernandes (2000) associa revolução a uma tomada de poder de caráter social e político.

[...] mesmo na linguagem de senso comum, sabe-se que a palavra se aplica para designar mudanças drásticas e violentas da estrutura da sociedade. Daí o contraste frequente de “mudança gradual” e “mudança revolucionária” que sublinha o teor da revolução como uma mudança que “mexe nas estruturas”, que subverte a ordem social imperante na sociedade. (FERNANDES, 2000, p.55)

Partindo da ideia de que revolução é uma ruptura, apesar de afirmar que não o interessa a definição do conceito por si só, Fernandes (2000) atenta para o fato de que o uso do termo “traduz relações de dominação”, afirmando que quando um golpe de Estado é definido enquanto revolução, isso não se dá por mero acaso, simula-se que o processo democrático não foi interrompido de forma que sua ocorrência serve à Nação. Ou seja, confundir o significado de palavras-chave é estratégico no intento de inverter as relações de dominação, fazendo com o que o oprimido não perceba que está ocupando essa posição e legitimando os abusos de poder. (FERNANDES, 2000). Mas a apropriação das palavras-chave também pode ser feita pelos revolucionários. Segundo Fernandes (2000), se os operários quiserem realizar tarefas criadoras, eles têm que se apropriar de determinadas palavras, que não podem ser compartilhadas com outras classes e

“calibrá-las cuidadosamente” para que seu sentido se confunda com o sentido de ações coletivas relacionadas à tarefa histórica da revolução.

Pensando a realidade brasileira dos anos de 1980, o autor lembra que o significado de revolução não estava apenas ligado ao desejo da classe trabalhadora. Algumas mudanças estruturais, chamadas revolução agrária, urbana, demográfica, dentre outras, apontam para aproximações ou afastamentos do crescimento da ordem burguesa. Isso porque, caso uma sociedade capitalista não realize nenhuma dessas transformações, ela estará em déficit com as revoluções nacional e democrática. “Essas transformações são concomitantes e se regulam pelo grau de diferenciação interna do sistema de produção propriamente dito”. (FERNANDES, 2000, p.56). Nas sociedades onde o capitalismo está menos desenvolvido a revolução deveria ser realizada pelas “classes despossuídas e trabalhadoras”, entretanto o modelo que se apresenta advém, em geral, de locais onde tal sistema encontra-se mais adiantado e que os processos revolucionários ficam majoritariamente a cargo de membros da classe alta ou média. (FERNANDES, 2000, p.56).

Para o autor, um capitalismo “semi-democrático” é melhor que uma sociedade capitalista sem nenhuma democracia, pois no primeiro modelo há possibilidade de existência de sindicatos e de algum crescimento do movimento operário. Entretanto, Fernandes (2000) lembra que revoluções

possibilitadas pelo processo capitalista acabam trazendo danos à classe trabalhadora. Para ele, a revolução deveria ser calcada por esta classe em oposição à burguesia, denunciando o fim dos tempos do modelo de revolução vigente e apontando para o fato de que sua realização nos países de periferia advém de um “egoísmo autodefensivo das burguesias”. (FERNANDES, 2000, p.57). Esta ação se justifica pela possibilidade de revolução realizada pelo proletariado, da periferia para o centro do capitalismo. Fato que fomenta um movimento de autoproteção das burguesias do centro que “se organizam como verdadeiras bastilhas e promovem seu ‘pluralismo democrático’ ou seu ‘socialismo democrático’ como se fossem equivalentes políticos do socialismo revolucionário e do comunismo”. (FERNANDES, 2000, p.57).

Fica exposta, neste momento, a forma como o capitalismo relaciona o desenvolvimento da burguesia e do proletariado - classes sociais que são sua base de formação e consolidação - e agrava o antagonismo entre capital e trabalho. Deste acirramento Fernandes (2000) aponta para a existência de uma guerra civil permanente e, em termos, velada, o que leva à abertura da possibilidade da revolução. Essa constante tensão, vez ou outra desequilibrada, é o que gera, para o autor, as principais transformações da sociedade. Assim a revolução em Fernandes (2000) só tem sentido pelas mãos dos trabalhadores, mas é preciso ter ciência da existência de uma “contra-revolução” relacionada à burguesia que alimenta esta tensão

social. Revolução e contra-revolução aparecem como guerra política e/ou civil e a vitória de uma ou outra depende da relação das forças sociais que cada classe aplica para a transformação revolucionária ou defesa da ordem.

Revolução e contra-revolução constituem, por conseqüência, duas faces de uma mesma realidade. Sob a guerra civil latente, a pressão autodefensiva da burguesia pode ser contida nos limites da “legalidade”; por sua vez, o contra-ataque proletário fica circunscrito à defesa de sua autonomia de classe e de sua participação coletiva no sistema de poder burguês. Em outras palavras, a burguesia afasta-se das tarefas históricas impostas por sua revolução de classe, mas o proletariado não. Ele força e violenta os dinamismos da sociedade capitalista, obrigando os setores estratégicos das classes burguesas a retomar pé na transformação revolucionária da ordem social competitiva. (FERNANDES, 2000, p.62)

Na sequência do texto *O que é Revolução*, escrito em 1981, Fernandes (2000) recorre à Lenin ao afirmar que, em *A Falência da II Internacional* (1914-1915), o autor aponta para a impossibilidade da revolução caso a sociedade não esteja imersa em uma situação revolucionária, entretanto, isso não basta para a eclosão da revolução. Em seguida, Fernandes (2000) lista três indícios do que seria uma situação revolucionária: (i) uma crise que gere impossibilidade da classe dominante manter seu

poder de forma inalterada; (ii) um agravamento da pobreza e miséria; (iii) intensificação, derivada das situações anteriores, da ação das massas. Mas essa soma de fatores não é o suficiente para que aconteça uma revolução. Ela só ocorre, de acordo com Fernandes (2000) se, somado aos itens supracitados, houver uma transformação subjetiva, ou seja, uma capacidade das massas de conduzirem a revolução na direção de destruição total ou parcial do antigo governo. Para além de tudo isso, o autor destaca que o centro da revolução está na luta de classes, colocando-a como ponto zero da “situação revolucionária”.

Pensando na relação revolução contra-revolução, chega-se a outro ponto colocado por Fernandes (2000): a burguesia não sabe lidar com a luta de classes. Assim, o autor denuncia uma cooptação burguesa tanto do socialismo quanto do capitalismo, o que fez com que sua centralidade fosse posta sobre a forma de democracia criada pela própria burguesia. O que não significa o fim das possibilidades revolucionárias, mas aponta para o avanço da luta em direção aos interesses da burguesia ao mesmo tempo que ocorre um declínio da possibilidade da classe operária alcançar o poder.

Se se procede a uma análise rigorosa, que leve em conta as evoluções ocorridas nas sociedades capitalistas centrais, descobre-se que a burguesia não só aprendeu a conviver com a luta de classes - ela foi mais longe e vergou o próprio movimento socialista, primeiro, e o mo-

vimento comunista, em seguida, forçando-os a definir como seu eixo político a forma burguesa de democracia (isto é, forçou-os a renegar a luta de classes e os meios violentos, “não democráticos”, de conquista do poder). (FERNANDES, 2000, p. 66).

A situação tende a agravar-se ainda mais quando Fernandes (2000) afirma que o surgimento da indústria “ultramoderna” minimizou o poder de atuação da classe operária. Isso porque, de acordo com o autor, houve um crescimento da classe média e estreitamento da trabalhadora, principalmente com a predominância do trabalho intelectual, tendendo a uma sociedade de massas onde os indivíduos são despolitizados. Esse fato pode ser relacionado ao pensamento de Eric Hobsbawm (1995) ao afirmar que a década de 1960, principalmente Maio de 68, representa a última revolução, especialmente se acometida no sentido da universalidade da palavra. Também Silva (2015) afirma que os anos 1970 representam a queda do sentido da revolução no mundo ocidental. Neste período a classe operária deixa de ser considerada um grupo revolucionário potente, principalmente em países da Europa Ocidental e EUA, devido às políticas do estado do bem estar social e ao crescimento da sociedade de consumo. A forma de atuação deste tipo de sociedade é pautada pelo “roubo” de energia dos trabalhadores, que corrobora para uma alienação em massa, pautada pelo uso sistemático de vocábulos estratégicos ao neoliberalismo tanto no

que tange a produção e aquisição de produtos, informações e modos de vida, quanto à mobilidade, flexibilidade e produtividade, apostando na lógica do efêmero.

Dentre o caos presente ao longo da década de 1960, o mês de maio de 1968 em Paris se apresenta como o mais simbólico, aquele que perdurou com intensidade nas mentes e questionamentos sobre os fatos e as forças que o conduziram e que dele brotaram, principalmente em relação aos levantes urbanos.

A França dos anos de 1960 vivia um período de contradições. Sob a figura de De Gaulle, o país passou por uma rápida modernização industrial e econômica que alterou substancialmente a estrutura social francesa. Esse crescimento da indústria fez aumentar o investimento em educação, principalmente entre os anos de 1962 e 1968. Alain Badiou (2012) afirma que, com o crescimento na indústria, não foi possível evitar a criação de universidades de massa, e que “uma ampla fração da pequena burguesia progressista (isto é, tentada a se unir ao proletariado, em razão de sua exclusão do poder) teve acesso ao ensino superior, exercendo uma pressão cada mais forte sobre seu academicismo servil”. (BADIOU, 2012, p.28). Este fato, influenciado pelos exemplos internacionais de revolução que ocorreram com intensidade durante aquela década, pelo fracasso estadunidense na Guerra do Vietnã e pela complexa situação das universidades criadas, representou um dos gran-

des potenciais que influenciaram o início das manifestações francesas.

Em termos gerais, o país encontrava-se em um momento econômico e social favorável que vinha apresentando, como exposto, avanços significativos ao longo dos dez anos anteriores. Assim, para, Alan Woods (2008), o intenso fluxo de mobilizações foi uma surpresa não só para a direita, mas também para parte da esquerda que não via mais nos operários o potencial revolucionário. Entretanto, o ano de 1968 se revelou como a maior efervescência do século XX. Cabe lembrar que esse processo iniciou alguns anos antes, já em 1966 aconteceu a primeira manifestação em Paris que denunciava a oposição dos estudantes franceses à Guerra do Vietnã. No ano seguinte o estudante Benno Ohnesorg foi morto em Berlim pela polícia alemã e as manifestações germânicas ecoaram na França. Em 1968 houve outro atentado a um estudante alemão, desta vez Rudi, ferido com dois tiros na cabeça disparados por um simpatizante da extrema direita.

Em 1967, os impactos da recessão mundial chegam até Paris gerando desemprego. As indústrias começam a estagnar, principalmente as de aço e tecido e os sindicatos organizam manifestações a fim e não perder o controle da situação, porém os processos foram duramente reprimidos pela polícia. Além disso, houve uma onda de manifestações no campo, por meio da qual produtores rurais denunciaram significativa queda de rendi-

mento de sua produção. Este ano foi marcado por vários conflitos nas ruas do oeste rural francês. As manifestações de 1968 começam já no início de janeiro, na Universidade Nanterre, uma das fundadas naquela década, em proveito da presença do ministro da juventude François Missoffe, que estava na região para inaugurar uma nova piscina. As principais pautas de reivindicação no momento estavam ligadas ao livre acesso às universidades e melhoria no ensino; libertação dos estudantes presos e mais liberdade política e pessoal.

Alguns acontecimentos importantes ocorreram na França no ano de 1968, destes pode-se destacar a ocupação do prédio da administração da Universidade de Nanterre, em 22 de março; a marcha em Paris em solidariedade a Rudi Dutschke, 12 de abril; o confronto entre estudantes em policiais após a ordem do reitor da universidade de desocupação do campus, resultando em mais de cem estudantes feridos, 03 de maio; e, por fim, a Noite das Barricadas, nos dias 10 e 11 de maio, na qual o Quartier Latin, antigo centro universitário de Paris, foi envolto por dezenas de milhares de pessoas.

De acordo com João Bernardo (2008) é comum se considerar que na França de 68 havia duas principais correntes ideológicas seguidas pelos estudantes. A primeira, vinculada ao pensamento de Marcuse, dizia que a classe operária se integrou ao capitalismo por meio do consumo e colocava os jovens de diferentes origens so-

ciais como responsáveis pela revolução, já que eram vítimas de diversas opressões. A segunda se baseava no pensamento marxista e sustentava a ideia de que a classe operária era mais potente para realizar revolução. Havia então uma questão: como luta estudantil e operária se dariam de forma conjunta? A ideia era uma recusa à universidade burguesa que propagava a exploração, buscando sua transformação radical e visando a formação de intelectuais dispostos a lutar ao lado dos trabalhadores e não contra eles. A “convergência das lutas estudantis e operárias se devia fazer não através das negociações entre dirigentes sindicais, mas na rua, nos confrontos com a polícia”. (BERNARDO, 2008, p. 26).

As reivindicações iniciais dos operários estavam mais relacionadas às pautas locais e imediatas como a defesa dos direitos dos trabalhadores, salários mais justos e nenhuma demissão, mas o movimento foi tomando proporções inesperadas e no dia 20 de maio toda a França estava parada. De acordo com Woods (2008), as escolas estavam fechadas e foram ocupadas por professores e estudantes que organizavam atividades para os filhos dos grevistas; havia comitês de mulheres e advogados; o observatório foi ocupado pelos astrônomos; e as reivindicações chegaram até na igreja, onde debates políticos ocupavam os horários das missas. Até a polícia deu apoio aos estudantes, lançando uma nota em 13 de maio na qual repreendia a renúncia de diálogo anunciada pelo general de De Gaulle.

O governo aparentemente já não tinha controle sobre os levantes e muitos começaram a pedir a renúncia de De Gaulle, que respondeu aos protestos em 24 de maio por meio de um discurso para a televisão no qual prometeu um plebiscito que daria aos estudantes e trabalhadores mais direitos.

Em outra tentativa de uso da mídia, dessa vez endereçando o recado aos líderes sindicais e ao Partido Comunista, De Gaulle usou o rádio, em 30 de maio, para anunciar a dissolução da Assembleia Nacional, a manutenção das eleições para a data já programada e de George Pompidou como primeiro ministro. Pode-se entender que havia uma oferta para sindicatos e PC - Partido Comunista - para ocuparem uma secretaria ministerial no governo gaullista. Ao mesmo tempo foi feita uma ameaça de repressão às manifestações com o uso da força, deixando claro que a burguesia não entregaria seu poder sem lutar. Woods (2008) lembra que houve uma reestruturação na condição vigente e as eleições foram marcadas para os dias 23 e 30 de junho, simultaneamente à tentativa de De Gaulle de mobilizar apoio fora do parlamento. Em decorrência disso, houve uma marcha, na qual dezenas de milhares de apoiadores do governo manifestaram sua posição. Essas pessoas enroladas em bandeiras francesas eram cidadãos de classe média, prefeitos aposentados, pensionistas e outros aparentemente indignados com os levantes que estavam ocorrendo.

Para Woods (2008), o contraste entre as manifes-

tações, mostrava a potência da revolução, entretanto ainda era preciso um último golpe para a tomada de poder. Mas este nunca foi dado. Os operários não conseguiriam se manter mobilizados por muito mais tempo e começaram a voltar para as fábricas, a presença nas assembleias diminuiu, e o cansaço que começou a tomar os corpos outrora indóceis. Já no início de junho, as greves começam a se deparar com seu fim. Com a queda do movimento, a força do Estado aumentou e manifestou-se na forma de agressões. Em 11 de junho houve um massacre com muitos feridos e detidos, no dia seguinte, manifestações foram proibidas na França. Jornalistas e estudantes foram presos e a polícia ocupou as universidades.

As análises sobre maio de 68 geram, ainda hoje, diversas hipóteses e fragmentações na tentativa de compreender as ocorrências do período. Badiou (2012) explica o momento por meio da divisão em quatro diferentes maio: o estudantil, o operário, o libertário e o que não terminou em 68.

O primeiro é formado pelos estudantes universitários e secundaristas munidos de duas principais forças: de um lado a ideologia e o símbolo marxista representados pela ideia de revolução, de outro a aceitação da violência anti-repressiva.

O segundo foi construído pela classe operária que realizou a maior greve geral da história da França. Este também contava com elementos radicais e inovadores, apesar de ser classificada

pelo autor como um movimento “classicamente de esquerda”. Badiou (2012,) cita três principais elementos de radicalidade: a gênese grevista, que foi externa às organizações operária tradicionais; a estratégia de ocupação das fábricas; e a ocorrência sistemática de confrontos periféricos e violentos, como sequestros dos patrões.

Já, o terceiro maio, diretamente relacionado com o primeiro, é chamado por Badiou (2012) de “maio libertário”, e contava com pautas que questionavam as tradições morais e sociais em busca de liberdades individuais, principalmente dos corpos e sentimentos. Esse viés formador dos movimentos de 68 ocupou a esfera cultural, propondo novas formas de ação coletiva, principalmente em relação ao teatro e ao cinema. Trata-se também de “um componente particular de Maio de 1968, que podemos chamar de ideológico e que, apesar de cair algumas vezes no anarquismo esnobe e festivo, faz parte do tom geral do evento”. (BADIOU, 2012, p.20). O confronto ideológico entre a esquerda clássica e o esquerdismo foi presente em todo o movimento que se mostrou muitas vezes contraditório e repleto de fissuras internas.

Apesar da relevância de todos esses maios, para o autor, o mais importante e emblemático é o quarto, pois é transversal aos outros três. Este maio durou de 68 a 78 e por isso é conhecido como década de 68. A principal questão deste momento foi a transformação da concepção da política, apostan-

do que a chamada “velha política” teria acabado e, assim, buscando desesperadamente nos anos 70 e 80 a construção de uma “nova política”. Com essa concepção que nascia, houve também a crença na existência de um “agente histórico que traz a possibilidade de emancipação”. (BADIOU, 2012, p.20). O responsável por isso seria o proletariado e sua existência enquanto potencial de modificação, para o autor, é a principal diferença entre aquele período e o atual. Acreditava-se em uma emancipação completa, marcada naturalmente pela linha da história, não era apenas um inconformismo generalizado que deu origem à união de diferentes grupos.

Para Badiou (2012), a existência de atores objetivos traz consigo a necessidade de criação de uma força subjetiva. Para que esta soma funcione como potência é necessária uma organização própria dos sujeitos que se sublevam, entendida como os partidos. Assim, grande parte da força de 68 estava na bandeira vermelha, entretanto, o que estava escondido ali que foi aos poucos aparecendo é que este processo foi um dos responsáveis pelo sumiço gradual de tal símbolo. “Maio de 1968 apresenta uma ambiguidade fundamental entre uma linguagem unanimemente compartilhada e o começo do fim do uso dessa linguagem”. (BADIOU, 2012, p.21). O apagamento gradual da bandeira comunista que se iniciou em 68 e continuou nos anos que seguiram e, com ele, ganhou força o questionamento sobre as instituições básicas da esquerda como os sindicat-

tos, os partidos e os líderes conhecidos. Houve uma aproximação muito grande do movimento de 1968 com as linhas anarquistas e uma crítica profunda à democracia representativa. O mais contraditório é que frente a toda essa manifestação e indignação, as eleições que sucederam maio de 68 levaram à câmara mas reacionária que já havia se visto. “Estava claro para todo mundo que o dispositivo eleitoral não é apenas, e nem mesmo principalmente, um dispositivo de representação: ele é também um dispositivo de repressão dos movimentos, das novidades, das rupturas”. (BADIOU, 2012, p.22).

Diante desse movimento revolucionário e contraditório, o que aconteceu como resposta visível foi um forte mover-se da burguesia no sentido de recuperar a hostilidade ao proletariado e ao socialismo científico, acompanhado de desconfiança e rejeição à luta de classe, evidenciado num processo profundo de individualismo entreposto à decepção, à frustração e ao cansaço.

Foucault, como coloca o estudioso César Candiotto (2013), viu, neste final de século XX, o que pode ser entendido como fim dos processos de revolução. Ou pelo menos, o fim da forma como eram entendidos até então. Após o ocorrido em 1968, com destaque para o enfraquecimento do Partido Comunista e aproximação da luta estudantil do cotidiano, da liberdade e do autonomismo, o autor afirma que a nova fase de revoluções não ocorreria no âmbito institucional, dentro dos

partidos ou sindicatos, mas no domínio social, por meio do qual outras formas de convívio surgiriam.

É sobre esta nova maneira de manifestar-se que Foucault trabalha o conceito das contracondutas. Quando não há luta de classes, ou significativos embates sociais, não se pode falar em revolução, mas é muito possível denominar o evento de contraconduta. Esta forma de luta não está vinculada a um partido ou uma classe e nem mesmo tem a intenção de tomada de poder.

[...] movimentos coletivamente identificáveis, como a sublevação, o levante, a insurreição, a clandestinidade e todas as lutas anárquicas inscritas no interior de uma história imediata, somente para lembrar o texto *Le sujet et le pouvoir*. Essas modalidades de contracondutas impõem limites à condução da vida e da individualidade de parte dos governantes, sempre que ela envolve abuso de poder, opressão de um povo, utilização de meios questionáveis e de justificativas escusas. (CANDIOTTO, 2013, p.228).

Foucault (1994) diferencia revolução de insurreição afirmando que a primeira, como já colocado por outros autores supracitados, tem relação íntima com o tempo e, portanto, ocupa um lugar na história, enquanto a segunda diz do homem e sua humanidade em um recorte pequeno do tempo. Insurreições são como interrupções do fio da história que ocorrem do lado de fora dela. A insurreição pode ser vista, então, como um escape

ligado à busca pela liberdade e pelos direitos.

Outra diferença fundamental entre revolução e insurreição apontada por Candiotto (2013) é a forma de valoração e avaliação dos movimentos. No caso da revolução é fundamental analisar se ela foi bem ou mal sucedida para que possa ser considerada ou não uma revolução, o que a distingue, também, de um processo revolucionário. Já a insurreição e as contracondutas fogem desse método de análise, já que não têm por finalidade a tomada de poder. Sendo assim, qualquer ato que vá contra a servidão, qualquer sublevação, tem valor significativo nestas categorias de luta.

Mais uma forma conhecida de contraconduta é a revolta. Ela é marcada como momentos de contestação que, tal com as insurreições, não objetivam diretamente a vitória. Entretanto se aproximam um pouco mais do que conhece-se como revolução. Isso porque uma insurreição não é vitoriosa, não se aplica a ela esse valor, ela é composta por pequenas perdas e ganhos, comumente instauradas na escala do micro, mas uma revolta pode ser vitoriosa e quando isso acontece, ela se transforma em uma revolução. Além disso, Luiz Arnaut (2017) lembra que há uma constante nas revoltas relacionada à existência de um referencial teórico que não só acompanha, mas também modifica a prática. Esta tende a acontecer por um período menor que as reflexões acerca da revolução (que vem sendo construída há mais de um século), mas maior do que acontece, de

forma geral, nas insurreições e nos levantes.

Os levantes também não têm em si a vitória ou derrota como forma de análise e valoração. De acordo com Didi-Huberman (2016), os levantes estão sempre ao lado das submissões, mas podem ser entendidos como a sobrevivência do desejo “neste espaço concebido para neutralizá-lo”. (DIDI-HUBERMAN, 2016, p.16). Eles podem ser entendidos como um gesto. As mãos estendidas, o pulso fechado, o movimento dos corpos, a inclinação do tronco, a profanação da palavra. Tudo isso pode ser um levante e não há escala capaz de medir essas ações. Os levantes “vão do mais minúsculo gesto de recuo, ao mais gigantesco movimento de protesto.” (DIDI-HUBERMAN, 2016, p.16). Para o autor, trata-se de um sinal infinito, retomado várias vezes e soberano, como pode ser também denominado o desejo pela liberdade.

O levante é um pôr-se de pé junto a outros contra uma forma de poder, é se mostrar e se fazer ouvir em situações nas quais, justamente, não é permitido se pôr de pé, se mostrar e se fazer ouvir. O levante não se dá simplesmente pelo valor simbólico de aparecer em público quando esse ato é proibido. Ele se faz com certa energia, força, com uma intenção física e visceral que não é apenas individual, mas compartilhada - o levante se dá com uma determinação que um dia vai pôr fim a uma condição comum por tempo demais suportada. (DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 25).

Didi-Huberman alerta para o fato de que é impossível fazer um levante sem uso de determinada força, mas ele não explica de onde vem essa força. O que se sabe é que o levante é o lugar que se chega quando um limite foi ultrapassado e por isso atenta-se ao fato de que é preciso levantar-se. Retirar-se daquele espaço de sublevação. Trata-se de duas faces da mesma moeda. O levante é, então, o impulso que busca o fim a uma condição que perdurou por tempo demais e se tornou insuportável.

Uma diferença significativa entre levante e revolução, para além da valoração da vitória ou derrota, é que a revolução é um singular-universal e, dentro disso, é coletiva, já o levante é individual. De acordo com Didi-Huberman (2016) um Estado, por exemplo, é incapaz de fazer um levante, mesmo que entre em guerra com outro Estado.

Num levante, são indivíduos que participam da ação que tem uma forma e um sentido de ordem sociopolítica, mesmo que figuras do Estado não estejam nele engajados. No âmbito dessa ação social, indivíduo algum age sozinho, mas nem por isso emerge um sujeito coletivo capaz de homogeneizar diferenças individuais. (DIDI-HUBERMAN, 2016, p.23 - 24).

Não se imagina que, em um levante, todas as pessoas estejam de acordo com os mesmos objetivos políticos. O que leva ao levante, não é a pauta final dele, mas um sentimento coletivo

de indignação, alimentado pelo desejo do fim de uma situação que se coloca como insuportável. A questão do levante está em negar a escuridão e não na luz que se espera, ele vem da recusa e não da proposta. O levante é contra determinada coisa não a favor de outra já traçada. Está aí uma diferença fundamental entre levantes e revoluções.

É importante ressaltar que um levante não é a mesma coisa que uma manifestação pontual, mas para Didi-Huberman, quando se trata de manifestações mais intensas e duradouras, elas podem vir a se tornar levantes.

### **Levantes, insurreições e contracondutas e a questão urbana em tempos de capitalismo pós-fordista**

Atualmente os principais levantes, insurreições e contracondutas - o que se pode chamar de forma genérica de resistência - estão relacionados com a questão urbana. Isso se dá não apenas pelo fato que esses movimentos têm ocupado os espaços da cidade, que pode ser considerada o “chão de fábrica” das lutas contemporâneas, mas também porque apresentam questões tocantes às urbes como debates centrais. Esse é o caso, por exemplo, das pautas relacionadas ao direito à cidade e à moradia, também o direito à mobilidade, à ocupação dos espaços públicos, incluindo uma disputa pelo que é comum, assim como o questionamento da propriedade privada.

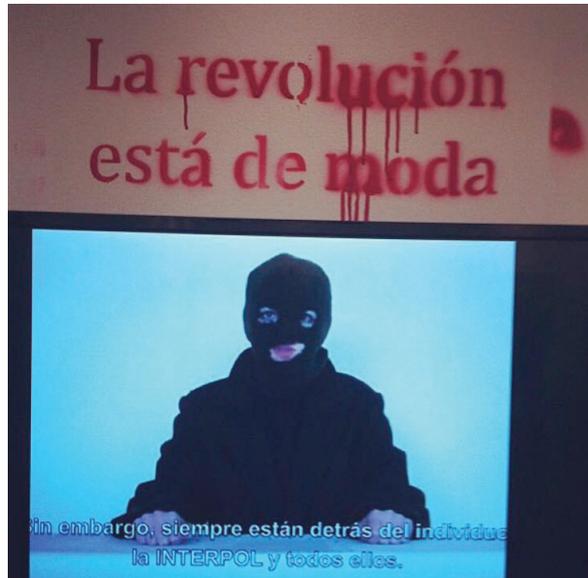


Figura 1. Foto de trabalho exposto por Maria Mercedes Salgado, na Feira ARTBO - International Art Fair of Bogotá - 2012. Natacha Rena.

1. Gohn (2014a) relaciona os novos movimentos sociais à onda de movimentos ocorrida entre as décadas de 1970 e 1980 que se caracterizava por apresentar pautas de caráter mais universal, relacionadas primordialmente à luta de classes e estruturas institucionais como sindicatos e partidos políticos. Os movi-

mentos grevistas brasileiros do período, incluindo a Greve do ABC de 1979, são exemplos importantes do que pode ser caracterizado como estes movimentos. Em geral apresentam estrutura verticalizada, ou melhor, arbórea, relacionada ao que pode ser definido como militância.

Observa-se no século XXI uma onda de resistências com níveis de intensidade que lembra o ocorrido na década de 1960. Levantes ocuparam parte significativa dos mundos oriental e ocidental. Maria da Glória Gohn (2014a) relaciona essas manifestações com o que denomina novíssimos movimentos sociais. Esses se diferenciam dos novos movimentos sociais<sup>1</sup> tratados pela autora principalmente por seu caráter horizontal e híbrido, ou, se buscarmos em Gilles Deleuze e Felix Guattari (2011), rizomático, e por apresentarem pautas que, de forma geral, não tratam mais da luta de classes, mas de reivindicações por direitos, em sua maioria identitários. Estes movimentos de caráter global foram alimentados, em grande parte, pelos reflexos da crise de 2008 e tem seus principais exemplares na chamada Primavera Árabe, abarcando diversos países (Tunísia, Argélia, Jordânia, Omã, Egito, Sudão, Iraque, Líbia, Síria, dentre outros) e nos Ocupies, como é o caso do Occupy Wall Street em Nova Iorque, do 15M na Espanha, das Jornadas de Junho no Brasil, dentre outros. Como denunciou a artista Maria Mercedes Salgado, em vídeo exposto na Feira ARTBO - International Art Fair of Bogotá - em 2012 e registrado por Natacha Rena (Figura 1), as revoluções, ou o que entende no senso comum por elas, estavam na moda.

Manuel Castells (2013) se questiona sobre o que aproximou movimentos que ocorreram em contextos econômicos, sociais e culturais tão distintos. De acordo com ele, a principal semelhança

apresentada é a indignação com a cumplicidade perversa entre as elites financeiras e políticas. Esta descrição se aproxima do que Didi-Huberman (2016) aponta pela motivação que dá origem aos levantes. Pode-se, então, pensar que as formas de sublevação dos novíssimos movimentos sociais se aproximam mais das insurreições e levantes que da revolução? Se adotarmos a aposta de Foucault (1994), sim! O autor afirma que as revoluções tiveram seu fim ainda no século XX, indicando que a partir deste momento, o que viria a ocorrer estaria enquadrado no âmbito das condutas. Mas, para que se possa desenhar este debate, é preciso que se apresente, de forma mais clara, a diferenciação entre os novos e os novíssimos movimentos sociais proposta por Gohn.

Na atualidade, os movimentos sociais são distintos tanto daqueles que levaram à sua emergência na cena pública do século XIX, e nas primeiras décadas do século XX (movimento operário e movimentos revolucionários desde a Revolução Francesa) como dos movimentos que emergiram nos Estados Unidos nos anos de 1960 (direitos civis, feminismo, contra Guerra do Vietnã, estudantil etc). Na América Latina, especialmente no Brasil, os atuais movimentos sociais são distintos dos movimentos que ocorreram na fase do regime político populista, assim como são diferentes também dos movimentos do final da década de 1970 e parte dos anos de 1980 (movimentos populares reivindicatórios de melhorias urbanas articulados com pastorais,

2. Estado-Capital, entendido sob as lentes de Pierre Dardot e Christian Laval (2016) é uma associação entre a instituição Estatal e as empresas em uma lógica na qual o Estado se faz forte quando associado aos desejos empresariais e cada vez se esvazia mais quando se trata dos interesses sociais. Não se tem, neste contexto, um Estado mínimo, pelo contrário, ele é suporte fundamental para o bom funcionamento do capitalismo, chegando a assumir em seu funcionamento interno lógicas e vocabulários empresariais.

3. A transferência do que se chama capitalismo fordista para o pós-fordista é fundamental para que se entenda de forma geral as transformações nos modos de vida e de manifestar-se. O capitalismo contemporâneo é imaterial e apresenta fortes características rizomáticas.

grupos políticos de oposição ao regime militar etc.), embora muitos dos atuais movimentos sejam herdeiros dos anos de 1980. Naquela década, os movimentos lutavam para ter “direito a ter direitos”. Como só podemos falar em direitos se contemplarmos o universal, aqueles movimentos não estavam autocentrados, não miravam apenas a si próprios. Na atualidade, muitos dos novíssimos movimentos, ou ações civis denominadas movimentos, não têm mais o universal como horizonte, mas sim o particular, os interesses imediatos, o direito de sua categoria ou grupo social. (GOHN, 2014a, p.11-12).

O que se pode entender dessa nova conformação de lutas desenhadas pelos novíssimos movimentos sociais é a articulação da sociedade civil de forma organizada (ou não) a fim de posicionar-se contra políticas públicas e decisões tomadas pelo que se tem chamado por Estado-Capital<sup>2</sup>. Essa associação da sociedade civil ocorre, em sua maioria, por meio do que se entende por ativismo. De acordo com Bernardo Neves et al. (2018, p. 230) as principais características do ativismo estão na sua forma de organização rizomática que “conta com estruturas evanescentes, difusas, fragmentadas, que se alternam contingencialmente, em rede, numa lógica de enxame bastante variável, criando sempre novas conexões e novos agenciamentos de pautas, atores, modos de fazer”. Rena (2015) localiza os movimentos que surgiram pós crise de 2008 na gama do ativismo e aponta para sua formação

heterogênea, vínculo com as ruas e redes, tanto em termos de ação quanto de divulgação, tendo como base, a indignação com as constantes expropriações daquilo que é público ou comum por parte do Estado-Capital, que é privatista.

Entendem-se, dessa forma, três mudanças, totalmente imbricadas, que marcaram as formas de resistência em todo o mundo a partir da década de 1960. A primeira delas se dá no fato de que as revoluções deixaram de estar presentes e deram lugar ao fortalecimento das contracondutas, como os levantes e insurreições; a segunda, que ocorre no Brasil após o final dos anos 80, diz da transferência dos novos movimentos sociais para os novíssimos; e a terceira se relaciona com um enfraquecimento da militância - engajada, nacional e vertical - que dá lugar ao ativismo - de enxame, local/ global e horizontal -. Totalmente relacionadas, essas modificações têm relação direta com mudanças no modo de atuação do capitalismo<sup>3</sup> que amplia a tendência ao pós-fordismo suscitando outras maneiras de organização, mesmo que seja em sua oposição. Segunda Pelbart (2003):

O ideal hoje é ser o mais enxuto possível, o mais leve possível, ter o máximo de mobilidade possível, o máximo de conexões úteis, o máximo de informações, o máximo de navegabilidade, a fim de poder atentar para os projetos mais pertinentes, com duração finita, para o qual se mobilizam as pessoas certas, e ao cabo do qual estão todos novamente disponíveis para outros

convites, outras propostas, outras conexões. A própria figura do empreendedor já não coincide com aquele que acumula tudo, capital, propriedade, família - ao contrário, é aquele que pode deslocar-se mais, de cidade, de país, de universo, de meio, de língua, de área, de setor. O mundo conexonista é inteiramente rizomático, não finalista, não identitário, favorece os híbridos, a migração, as múltiplas interfaces, metamorfoses etc. Claro que o objetivo final do capitalismo permanece o mesmo, visa o lucro (...) (PELBART, 2003, p.97).

As Jornadas de Junho de 2013 foram a marca brasileira de participação nos movimentos do supracitado ciclo de lutas globais pós-crise econômica mundial de 2008. Dentre as categorias aqui abordadas, pode-se compreender que se tratou de um conjunto de levantes, composto, em sua maioria, por ativistas envolvidos em processos denominados por Gohn (2014a) como novíssimos movimentos sociais. Tal análise só é possível quando se pensa a formação dos grupos e os interesses envolvidos naquele contexto. Segundo Gohn (2014b) em seu livro *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e nas praças dos indignados no mundo*:

Deve-se observar, entretanto, que as manifestações de junho no Brasil não são 'nacionalistas'; ao contrário, mostram-se como modos e formas de agir coletivo, especialmente adquirido/construído via redes sociais e telefonia

móvel, e advêm de ondas globais, internacionais. (...) Os manifestantes de junho no Brasil atuam em coletivos não hierárquicos, com gestão descentralizada, produzem manifestações com outra estética; os participantes têm mais autonomia, não atuam sob coordenação de uma liderança central. São movimentos com valores, princípios e formas de organização distintas de outros movimentos sociais, a exemplo dos sindicais, populares (urbanos e rurais), assim como diferem dos movimentos identitários (mulheres, quilombolas, indígenas etc). (GOHN, 2014b, p.11).

Tal qual o descrito a respeito dos levantes, as Jornadas de Junho de 2013 foram uma espécie de trama muito complexa de movimentos que se fez presente nas redes e ruas, construído por individualidades que compunham um coletivo, mas não por possuírem objetivos comuns transversais como em uma revolução, e sim por partilharem insatisfações diversas. Não havia luta por tomada de poder aos moldes revolucionários e muito menos um conjunto homogêneo de pautas e propostas claramente desenhadas. Os corpos nas ruas se punham contra grandes projetos urbanos, contra a política, contra as organizações verticais e institucionalizadas e, em muitos momentos, negavam as instituições partidárias e suas bandeiras. Os levantes se espalhavam de forma aparentemente incontrolável e os grupos que compunham os atos eram tão diversos (e por vezes opostos) quanto se é impossível imaginar.

Havia liberais, marxistas, anarquistas e autonomias, todos juntos nas indignações e separados nos desejos e ideias.

Pela multiplicidade de leituras sobrepostas, força e impacto dos levantes, 2013 em muito se assemelha a 1968. Entretanto, não apenas em relação a isso. A boa situação de desenvolvimento da economia nacional, se considerados indicadores clássicos da condição social, são pontos intrigantes que compõe os levantes franceses e brasileiros. Neste sentido, nasce a dúvida sobre o que levou tantos corpos a se levantarem com gestos descritos por Didi-Huberman (2016). Em ambos os casos pode-se citar o que Badiou (2012) coloca como a crença de que haveria agentes envolvidos nos processos de resistência capazes de mudar a história em um sentido emancipante. Estes agentes presentes apresentavam características muito semelhantes como a presença de uma forte crítica ao que se poderia chamar de democracia representativa. Para além disso, dos movimentos novíssimos por múltiplos direitos (moradia, transporte, natureza urbana, etc) pode-se citar reflexos parecidos como o crescimento de partidos de extrema direita e um ataque constante aos partidos tradicionais de esquerda, levando ao surgimento de outros que apresentam ideias socialistas dentro do espectro da “nova política”.

A ausência de espaço para manifestações partidárias e participação dos sindicatos nas Jornadas de Junho entra como outro elemento que se deve

levar em conta quando se dispõe a analisar as ocorrências no período. Em geral, as lutas traçadas por essas organizações estão vinculadas ao que entende-se por novos movimento sociais que tradicionalmente pautavam a questão de classe como base importante de sua disputa. Vazias destes grupos, as manifestações foram, em geral, marcadas pela presença de uma sociedade civil de classe média que tinha por interesse central questões relativas a direitos individuais e coletivos. O que sobrou de luta deixou de lado a narrativa da luta de classe e incorporou pautas relativas às questões urbanas, no mais, almejava-se o direito à cidade<sup>4</sup>, moradia, transporte, assim como repetido discurso vinculado ao apartidarismo e a nova política destituída de corrupção.

Benjamin (2006) e Fernandes (2000) alertaram sobre as ciladas presentes em composições revolucionárias que somam burguesia e proletariado. O primeiro diz que a revolução fica a cargo da classe operária que não deve ser influenciada pela burguesia; enquanto o segundo traz a classe burguesa como grupo responsável por um contra-revolução, apontando para a existência de uma constante guerra civil entre os revolucionários (operários) e os contra-revolucionários (burgueses).

Por fim, a maioria das lutas contemporâneas se dá no âmbito dos direitos e não da luta de classes e essa é uma mudança radical que toca frontalmente as incertezas supracitadas. Tem surgido, ainda de forma tímida, a preocupação com o que

4. Caso seja de interesse do leitor, o artigo A disputa pelo direito à cidade: narrativas e territórios (NOBRE; LOTT; RENA, 2018) será publicado na próxima edição do e-book Seminário de Urbanismo Biopolítico, no qual o debate acerca do direito à cidade é tratado de forma mais completa.

se chama transversalidade, na tentativa de somar às pautas identitárias a questão das classes. Entretanto, essa formação típica dos movimentos contemporâneos, tende a se distanciar de uma unidade de pautas e objetivos, o que tem preocupado vários teóricos como David Harvey (2016), principalmente no que tange à centralidade do tema da liberdade, ao ganhar proeminência em relação aos assuntos ligados à justiça social.

Será que trabalhamos, quase sem saber, com conceitos parciais, corrompidos e, por fim, restritivos de liberdade e autonomia, que só fazem apoiar o status quo e, em sentido mais profundo, representam a visão deformada do capital sobre o que são os direitos humanos e a justiça social? Será que o motor econômico do capital está tão fortemente ligado a certos conceitos fundamentais, embora parciais, de liberdade e autonomia a ponto de tolher uma abordagem que não seja, na pior das hipóteses, empresarial e, na melhor, humanista liberal da questão política crucial da liberdade versus dominação? (HARVEY, 2016, p.186).

### **Considerações Finais**

Apesar de apontar o levante como uma ação individual, Didi-Huberman (2016) diz da presença de um “nós” que aparece no compartilhamento da ação, mas que só acontece no agora, não há comprometimento futuro. Nesse movimentar-se do presente o levante se apresenta com reivindi-

cações precisas. O autor aponta para o fato de que atualmente é praticamente impossível pensar um levante sem cibermilitância, o que indica uma possibilidade contemporânea de diferentes espaços ocupados pelos corpos para a realização das ações: o físico e o virtual, que para Manuel Castells (2013) seriam as redes e ruas atuando sincronicamente.

Desta forma, os gestos contemporâneos dos quais os levantes aqui tratados fazem uso, apresentam semelhanças inegáveis independentemente das diferenças temporais, mas os contemporâneos são compostos por uma forma de articulação peculiar que conta com a sobreposição dos espaços físicos e virtuais. Essa nova característica diz do surgimento de outras maneiras de articulação e criação de redes, diretamente relacionada às estratégias de atuação dos ativistas. A flexibilização da luta, inserida na lógica neoliberal de articulação da vida, seu foco no presente e a maneira de comprometer-se que muito difere das ações militantes, tanto em envolvimento teórico, quanto de tempo, aponta para um distanciamento dos padrões propostos pela esfera militante que, em grande parte das vezes, tem perdido espaço de atuação.

Diante do exposto quadro de transformações nas formas de luta, que inclui desde o “fim” das revoluções, até o surgimento do ativismo dentro do contexto dos novíssimos movimentos sociais, cabe questionar quais os reflexos que tais mu-

danças trazem para as formas de organização política e social das resistências como um todo. Para além disso, é importante que se pense sobre a origem de tais mudanças que, certamente, se relaciona com o modo de vida em uma sociedade pós-fordista.

De onde surgiram estas novas demandas de formação de grupos e estratégias de lutas? A quem interessa que haja essas mudanças? Quem financia as principais Fundações e ONGs que financiam as principais pautas dos novíssimos movimentos sociais ativistas? Porque o fazem?

Também seria necessário recuperar o que é possível aplicar do modelo de militância e novos movimentos sociais no processo contemporâneo já que as classes populares no Brasil são muito mais evidentemente representadas pelos movimentos populares como MST e não pela ampla classe média enredada nos novíssimos movimentos sociais?

Como é possível que os movimentos militantes e populares possam avançar para o campo do ativismo, principalmente para o urbano, sem que se perca uma visão de luta mais ampla, mais nacional e universal, envolvendo, para além das pautas por direitos, as amplas pautas sociais por real distribuição de renda e riqueza, como é o caso da reforma agrária? Como imbricar os novos movimentos sociais aos novíssimos movimentos sociais ganhando mais velocidade e intensidade

quando é necessário ocupar as redes e as ruas para além do campo dos militantes organizados no campo popular?

Estas questões são tão fundamentais quanto a necessidade de entender os resultados vitoriosos ou fracassados das revoluções e os reflexos positivos ou não dos levantes no sentido de compreender a complexidade de tais ocorrências em direção a uma análise composta pela sobreposição das inúmeras controvérsias que se revelam ao longo das investigações. É preciso que se compreenda a multiplicidade de interesses e atores relacionada não só a cada movimento, mas também a ligação entre eles no sentido das mudanças externas e internas que se apresentam. Em se tratando de movimentos que participam de ondas globais ou de que alguns denominam #globalrevolution, também se faz necessário ampliar as investigações sobre as lutas dentro de um contexto geopolítico.

Por fim, esta pesquisa está só começando e avançar no sentido de produzir mais dados e informações, conceitos e teorias que possam clarear os processos de luta na contemporaneidade é parte do objetivo principal.

#### Referências:

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. Tradução de I. Morais. Lisboa: Relógio D'Água. 2001.

- ARNAUT, Luiz. Dossiê Temático: Revoltas e Revoluções no Século XX. **Temporalidades, Revista de História**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, ed. 24, v. 9, n. 2, mai./ago. 2017. P. 8 – 11.
- BADIOU, Alain. **A Hipótese Comunista**. São Paulo: Biotempo, 2012.
- BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Organização de Willi Bolle. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.
- BERNARDO, João. Estudantes e trabalhadores no maio de 68. *Revista Lutas Sociais*. São Paulo n. 19/20, 2008 p. 22-31.
- CANDIOTTO, Cesar. Política, Revolução e insurreição em Michel Foucault. **Revista de Filosofia: Aurora**. Curitiba, v. 25, n. 37, jul./dez. 2013, p. 223-264.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar. 2013.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova Razão do mundo**: Ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs**: vol.1. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DID-HUBERMAN, Georges (Org.). **Levantes**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.
- FERNANDES, Florestan. O que é revolução. In: PRADO Jr., Caio; FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000. cap. 3, p. 55 - 148.
- FOUCAULT, M. **Ditos e escritos**, III. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1994.
- FURET, François. **Pensar a Revolução Francesa**. Portugal: Edições 70, 1988.
- GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2014a.
- GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e nas praças dos indignados no mundo**. São Paulo: Editora Vozes, 2014b.
- HARVEY, David. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- NEVES, Bernardo et al. Lutas territoriais: resistências ao avanço do urbanismo neoliberal. In: ROLNIK, Raquel et al. (org). **Cidade Estado Capital**. São Paulo: FAU USP, 2018. P. 222-241.
- PELBART, Peter Pal. **Vida capital**. Ensaios de biopolítica. Ed. Iluminuras: São Paulo, 2003.

RENA, N. S. A. Arte, espaço e biopolítica. In: WOODS, Alan. **A revolução francesa de maio de 1968**. Maio 2008. Disponível em: <https://www.marxist.com/revolucao-francesa-maio-1968.htm>. Acesso em: 08 de agosto de 2018.

SILVA, Ricardo Oliveira. Revolução, história e tempo. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 15, n. 1, jan./jun. 2015, p. 251-267. ■